

Três anos de crise, três meses de indignação

8 de Setembro, 2011 - 18:18h

Se, por um lado, temos a cruel constatação dos efeitos do descalabro económico que ameaça agravar-se, por outro lado, temos também a alentadora evidência de que, finalmente, a revolta social contra um estado de coisas intolerável começou. Artigo de Josep Maria Antentas e Esther Vivas, publicado em outrapolitica.wordpress.com.

Estamos perto do terceiro aniversário da quebra do Lehman Brothers e do estouro formal da crise, ?uma racionalização irracional de um sistema irracional? como nos lembra o geógrafo David Harvey. No momento do crack do sistema financeiro, os donos do mundo viveram um breve momento de pânico, alarmados pela magnitude de uma crise que não haviam previsto, pela sua falta de instrumentos teóricos para compreendê-la e pelo temor a uma forte reação social. Chegaram então as proclamações vazias de ?refundação do capitalismo? e os falsos mea culpa que se foram evaporando, uma vez atingido o sistema financeiro e na ausência de uma explosão social.

Entrou-se numa nova fase durante a qual, com a crise e o défice como pretexto, as políticas aplicadas no conjunto da União Europeia procuram recortar os direitos sociais, infligir uma derrota histórica aos trabalhadores e reforçar os mecanismos de dominação de classe. Para os poderes económicos, as regulações sociais que ainda existem no velho continente são um travão para a competitividade internacional da economia europeia e um incómodo peso nas costas que se quer desfazer. As medidas implementadas pelo governo Zapatero desde Maio de 2010 e os cortes do governo de Mas, na Catalunha, o ?governo dos melhores?, inscrevem-se plenamente nesta dinâmica geral.

Chegaremos ao terceiro aniversário da crise com uma sensação ambígua. Por um lado, temos a cruel constatação da magnitude da tragédia e dos graves efeitos sociais de um descalabro económico que, longe de ter ficado atrás, ameaça agravar-se com a aceleração das turbulências financeiras internacionais, num contexto onde as classes dominantes manifestam uma virulenta determinação em fazer com que todos paguem o custo da sua crise. Por outro lado, todavia, chegamos a este ponto com a alentadora evidência de que, finalmente, a revolta social contra um estado de coisas intolerável começou.

Efectivamente, se o movimento do 15M transmitiu alguma mensagem, esta é de esperança, frente ao desânimo e ao pessimismo, na capacidade colectiva de mudar as coisas e de podermos ser sujeitos activos, e não meros objetos passivos das necessidades do capital e da sua lógica do benefício e da competência. A indignação é, precisamente, como assinalava Daniel Bensaïd, 'o contrário do hábito e da resignação'.

A esperança que o movimento trouxe para aqueles que crêem em 'mudar o mundo de base' é directamente proporcional à inquietude que tem gerado nos grupos dominantes da sociedade, abruptamente interpelados por um novo actor que desafia o seu monopólio sobre os assuntos colectivos e a vida pública e questiona as definições oficiais da crise, que apresentam uma visão unilateral e interessada.

O 15M e a política dominante representam duas lógicas diferentes, irreconciliáveis. Por um lado, a aspiração à justiça social e a uma democracia real no sentido mais amplo do termo, ou seja, a capacidade de decidir sobre o próprio destino. Por outro lado, os discursos dos interesses empresariais e o império do benefício privado. Ambas marcam dois caminhos antagónicos para a nossa sociedade. O nosso futuro será muito diferente em função de qual prevaleça.

Nos seus três meses de existência, o movimento significou um forte processo de politização da sociedade, de reinteresse pelos assuntos colectivos e de preocupação social por um espaço público usurpado quotidianamente pelos interesses privados. Tem significado uma aprendizagem colectiva do exercício da democracia e da auto-organização. Ensinou-nos a começar a 'aprender a desaprender' para nos desfazermos das ideias hegemónicas sobre a realidade e a contribuir para difundir um 'sentido comum alternativo'.

A maré de indignação mobilizada não alcançou, todavia, suficiente força para deter as políticas em marcha, se bem que tem conquistado algumas vitórias concretas importantes, ainda que defensivas, como a paralização de muitos despejos e o debilitamento da aplicação das ordens de civismo.

Tudo isso, não é um mau balanço para um movimento que, goste-se ou não, está apenas a começar a demonstrar do que é capaz.

*Josep Maria Antentas é professor de sociologia da UAB e Esther Vivas é membro do Centro de Estudos sobre Movimentos Sociais(CEMS) da UPF.

**Artigo publicado em Público (ed. Catalunya), 03/09/2011.

***Tradução: Paulo Marques para o blog www.economiasocialistads.blogspot.com [1]

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogsfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/tr%C3%AAs-anos-de-crise-tr%C3%AAs-meses-de-indigna%C3%A7%C3%A3o>

Ligações:

[1] <http://www.economiasocialistads.blogspot.com>